

Introdução

Traduzidos para o português recentemente em sua forma completa, os *Ensaaios Morais, Políticos e Literários* do filósofo escocês David Hume são, como argumenta o cientista político e estudioso da obra humeana, Renato Lessa, exercícios de filosofia pública. Hume, assim como os iluministas escoceses, buscava unir a fundamentação de uma perspectiva filosófica a um grau de cientificidade, como supõe a exigência do método científico baseado na reflexão sobre a experiência e na não contradição entre o pensamento e os fatos observados. Nos seus *Ensaaios*, esta reflexão se volta principalmente para os assuntos de uma Europa moderna, com especial atenção aos problemas ingleses. Ao empreender esse tipo de análise de maneira mais ou menos sistematizada, Hume também acaba por se comprometer com uma reflexão histórica que, como apresentaremos em nosso trabalho, abrange uma visão crítica da história e (com menor peso quantitativo) da historiografia antiga, assim como uma visão histórica das transformações recentes do mundo moderno. Não seria equivocado afirmar, inclusive, que sua preocupação ao olhar a antiguidade clássica estava voltada, especialmente, ao seu presente histórico.

Por esta razão, preocupamo-nos em oferecer neste trabalho, que trata de Hume e história, algumas importantes reflexões sobre esta que se encontram nos *Ensaaios*. Temos, assim, primeiramente, uma visão abrangente do Iluminismo europeu em sua tentativa de promover uma análise empírica e não *apriorística*, significativamente anti-religiosa, até a concepção da utilidade do método científico para o tratamento dos fatos da vida comum, sendo esta uma característica fundamental dos *Ensaaios*. Também expusemos alguns pontos relacionados mais diretamente ao Iluminismo escocês, como a proeminência da coletividade sobre elementos particulares na reflexão acerca de problemas sociais, assim como para a reflexão histórica.

Nos dois capítulos subseqüentes, “Hume e a Inglaterra” e “Hume e a Europa”, preocupamo-nos em identificar as características centrais de seu projeto nos *Ensaaios*; na primeira parte, o papel da moderação em política que, afinal, representava uma meta para o escocês no sentido do desenvolvimento social e que mostra mais pontualmente o debate em torno de questões contemporâneas, como

o facciosismo, o papel e importância do governo, uma revisão crítica das representações históricas que sustentavam as percepções deste, e, por fim, como a observância às leis e às instituições pôde preservar a liberdade atual, o caminho realizado na trajetória social sob o ponto de vista de uma história compreendida empiricamente. Na segunda parte, “Hume e a Europa”, observamos uma reflexão de caráter mais abrangente, na qual sobressaem os aspectos de uma *ciência política*, e, com maior evidência, as propostas para o desenvolvimento de uma Europa pensada como formando uma integração. Neste sentido, uma das teses de Hume se refere à interdependência necessária entre os países, cuja verificação se dá tanto pela ponderação histórica acerca da antiguidade quanto pelo desenvolvimento notado no período moderno. A economia desempenha, por meio da centralidade das relações comerciais entre os estados (sob o regime da preponderância das leis e instituições em detrimento das vontades individuais), um papel de destaque para as generalizações que o escocês realiza como determinações de uma ciência política. Uma preocupação recorrente nesses dois capítulos é com a força dos movimentos políticos de seu próprio tempo sobre os rumos da história, de como a presente conjuntura poderia ser subvertida e declinar para um estado tal de coisas no qual não seria mais possível uma reflexão científica, dada a necessidade desta de certa estabilidade (o uso da moderação) para inferir verdades gerais de longo prazo.

Por isso, no último capítulo, a nossa preocupação foi a de mostrar alguns aspectos relacionados à visão histórica e ao tratamento dos fatos históricos realizados por Hume. Em primeiro lugar, a importante e conhecida *regra geral* exposta no ensaio *Da Origem e do Progresso das Artes e das Ciências*, em que a distinção entre acaso e causas norteia a elaboração de observações gerais, isto é, de observações que fundamentam uma ciência política voltada para as grandes mudanças sociais observadas historicamente. Em seguida, nos demais itens, delimitamos alguns aspectos contextuais implicados na concepção histórica de Hume, tanto no que se refere à sua (por vezes ambígua) visão e entendimento da história clássica e do desenvolvimento social, quanto na sua argumentação acerca de sua verificação dos avanços na modernidade e a longa duração dos sistemas de governo para a compreensão de suas mudanças num longo período de tempo. Nestes últimos casos, debatemos o que nos pareceu ser uma metodologia para a inferência em política, diretamente ligada às suas observações gerais. Também

percebemos ser necessária uma contraposição a leituras de sua filosofia política como que desvinculada de interesse histórico, dado seu ceticismo que, por fim, teria prevalecido sobre seus projetos “reformadores”, o que, ponderamos, revestiria sua reflexão do traço simplificado de uma “psicologia aplicada aos fatos históricos”. Por fim, para o melhor entendimento acerca da dualidade que encontramos entre uma teoria histórica e uma concepção da história com características “pendulares” (progresso e decadência), analisamos a quarta observação do mesmo ensaio sobre as ciências e as artes, que trata do desenvolvimento das sociedades em termos de progresso e decadência, de uma intermitência fadada a se repetir em ciclos, por uma “necessidade” histórico-social.

Duas leituras foram importantes para algumas interpretações dos *Ensaio*s de Hume: as análises de Duncan Forbes, um dos maiores especialistas do pensamento do escocês, em seu notável e abrangente *Hume's Philosophical Politics*, que forneceu maior clareza contextual à filosofia política do escocês, relacionando as diversas observações encontradas em nosso objeto de estudo a outras existentes em diferentes trabalhos do autor. Outra leitura importante foi a de J. G. A. Pocock que, em seus livros sobre Edward Gibbon (particularmente os volumes II e III de *Barbarism and Religion*), discorre em pormenores sobre o contexto social e intelectual da Inglaterra nos séculos XVII e XVIII, evidenciando o profundo debate que englobou pensadores e agentes políticos em geral, sobre *virtude e refinamento*, no qual vemos o retrato de uma filosofia política (e da história) durante as complexas transformações sociais que antecederam o capitalismo chamado “de fato”, no local mesmo onde esses debates tiveram grande repercussão pública: a Inglaterra do escocês David Hume.